

Meio ambiente para inglês ver?



» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro florestal, é conselheiro do Conama representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

Há um grande paradoxo relacionado com o meio ambiente no Brasil. Se por um lado vemos esforços por parte do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com propostas interessantes, ações necessárias, posicionamentos coerentes sobre projetos de lei em tramitação, entre outras questões, observamos outros segmentos do governo e de parlamentares aliados adotando posturas contrárias a tudo isso, que acabam se sobrepondo às ações em defesa do meio ambiente e levam à destruição dos biomas.

Considerando a urgente necessidade de enfrentamento das mudanças climáticas, duas questões principais estão demonstrando as incongruências do governo e da base aliada no Congresso: a exploração/uso de petróleo e o agronegócio, causas principais da emissão de gases de efeito estufa e do contínuo desmatamento dos biomas, especialmente do Cerrado. Está claro que é aí que o governo deve agir.

Enquanto o Ibama/MMA baseia-se em questões técnicas e científicas para não licenciar a exploração de petróleo na foz do Amazonas/Margem Equatorial, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Petrobras e até o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) vão em sentido inverso e pressionam para que a exploração seja autorizada. Enquanto o MMA se esforça para conter o desmatamento nos biomas, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) age para expandir o agronegócio, com incentivos, renúncias fiscais, apoio à flexibilização das leis ambientais, entre outros aspectos que estão acarretando mais desmatamento.

Matéria publicada no ClimaInfo em 3 de junho de 2024, a partir de artigo do The Guardian, mostra que estudo de pesquisadores do University College London e do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, publicado na Science, destaca que o mundo tem projetos

planejados de combustíveis fósseis suficientes para atender às previsões de demanda energética até 2050 e os governos devem parar de emitir novas licenças para petróleo, gás e carvão. Também muito tem sido dito que o Brasil não precisa desmatar mais nada e, mesmo assim, pode aumentar a sua produção melhorando a produtividade e reincorporando milhões de hectares de pastagens abandonadas.

Por que essas ideias não prosperam? Estamos presos em manter as formas de desenvolvimento convencional, atendendo ao interesse do mercado global, que visa apenas o lucro e pouco se importa com a proteção ambiental. Só que isso vai tirar do Brasil a possibilidade de ter uma situação no futuro que nenhum outro país terá. Seguramente seria o país com a maior riqueza natural do planeta, que exportaria serviços ambientais para o mundo, protegendo os seus biomas e fazendo a transição energética justa, com adoção de fontes de energias renováveis, com salvaguardas socioambientais e com medidas de adaptação às mudanças climáticas que já estão acontecendo — a exemplo da catástrofe do Rio Grande do Sul.

Algumas medidas evidentes precisam ser implementadas urgentemente: aumento das áreas protegidas em todos os biomas, com a criação e a ampliação de unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável, incluindo povos e comunidades tradicionais; demarcação de todas as terras indígenas do Brasil (os indígenas são os principais guardiões da natureza); suspensão da concessão de incentivos econômicos para produção do agronegócio que gerem novos desmatamentos; não licenciamento de novos empreendimentos de exploração de petróleo ou de qualquer outra fonte de combustíveis fósseis, como gás de xisto e carvão; e incentivos à adoção de fontes de energias renováveis, com salvaguardas socioambientais.

Também deve-se aumentar consideravelmente o orçamento destinado ao MMA, Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Com os desafios impostos, a necessidade de recursos para a área ambiental deve ser muito maior na proposta orçamentária da União. Segundo Bochuy, em *Carta para o futuro* (1/6/2024), “o orçamento da União aumentou de R\$ 2,168 trilhões para R\$ 4,36 trilhões nos últimos 10 anos, mas a destinação de recursos para a área ambiental caiu de 0,16% para 0,09%. A receita da União dobrou, enquanto a verba para a área ambiental foi reduzida pela metade”.

Pergunto: como a sociedade brasileira pode admitir um orçamento tão baixo, menos que 0,1%, para proteger a maior riqueza que o Brasil possui: nossos biomas, responsáveis pelos serviços ambientais vitais para o futuro do país e do planeta, como ar puro, água potável, biodiversidade, entre outros elementos da natureza? Proteção ambiental depende de pessoas, não só em número aceitável, como também remunerados à altura da responsabilidade que lhes é conferida: proteger a natureza para as atuais e futuras gerações. O governo deve valorizar devidamente os profissionais da área ambiental e chegar a um entendimento para acabar com a paralisação de servidores do Ibama e do ICMBio que já dura mais de 150 dias. O desmatamento, o garimpo ilegal, o tráfico de animais e os incêndios estão aumentando, e as multas aplicadas diminuíram drasticamente.

Sediando a COP 30 no próximo ano, o Brasil poderá se tornar um líder global e apresentar ao mundo uma estratégia séria para enfrentar a emergência climática e proteger a sua biodiversidade. Do contrário, serão apenas discursos de boas intenções e com algumas medidas paliativas para “inglês ver”, ou melhor, para o “mundo ver”.

PL (de) 1.904

» SHYRLENE BRANDÃO

Psicóloga clínica e da saúde, mestre em psicologia clínica pela UnB

O Projeto de Lei 1.904/2024 é tão absurdo que poderíamos pensar que, por engano, ele seria o PL 2.024 de 1904. Fere qualquer noção de direitos humanos e justiça construída num estado democrático de direito. Ameaça direitos e subjetividades de meninas e mulheres brasileiras. Não apenas criminaliza o aborto acima de 22 semanas, como torna a pena de quem o praticar superior à que pode ser atribuída ao próprio estuprador. Sim, a sobrevivente de violência poderá ter uma pena duas vezes maior do que a daquele que a violou caso fique grávida da violência e acesse o aborto após as 22 semanas de gestação, sobre o qual não há impedimento atualmente no Código Penal.

Além da gravidade jurídica da matéria, venho aqui expor minha experiência de quem escuta há três anos e meio meninas e mulheres que, além de sofrerem violência sexual, vivem uma das consequências mais graves decorrentes dessa violência: uma gestação. As dificuldades de acesso ao aborto legal são inúmeras: os serviços estão em apenas 3,6% dos municípios brasileiros, concentrados, sobretudo, na região Sudeste; os tabus, os mitos e a criminalização do aborto; o desconhecimento tanto das pessoas quanto de muito profissionais da saúde e de demais políticas públicas de como acessar o aborto previsto em lei; a falta de autonomia, principalmente das meninas, para buscarem os serviços; a desigualdade que faz com que mulheres negras e periféricas morram mais por aborto inseguro no Brasil. São realidades que emolduram

essa cena que o PL criminaliza: uma menina ou mulher em busca do aborto legal com quase ou mais de 22 semanas de gestação.

Mas, como psicóloga, acrescento um dado delicado, não facilmente registrado pelos números, que auxilia a compreender a busca mais tardia pelo direito ao aborto. Quando vivemos uma experiência que produz dor e sofrimento, queremos nos livrar disso e manter nossa noção de sujeito protegida. Para isso, usamos, inconscientemente, inúmeros mecanismos de defesa. Num primeiro momento, muitas sobreviventes de violência sexual buscam “esquecer” o que ocorreu. Negam, recalcam qualquer memória a fim de se proteger da dor de ter seu corpo submetido a uma violação atroz e conseguir seguir a vida. A intensidade desses mecanismos as protege muitas vezes de perceber as alterações corporais. Algumas seguem com sangramentos, que são interpretados como menstruação, e a racionalização as mantêm protegidas de lidar com a avassaladora informação da gestação, principalmente se é uma menina que não sabe como um feto entra na barriga da gestante.

A gravidez só é percebida por familiares ou profissionais quando está mais adiantada. Muitas vezes, esses profissionais dão início ao pré-natal da paciente ignorando o óbvio direito à interrupção da gestação por estupro de vulnerável (gravidez abaixo dos 14 anos ou em situação em que não há capacidade para consentir) ou por demais tipos de violência sexual.

A criminalização do aborto após 22 semanas agravará as barreiras já existentes a qualquer

idade gestacional para acesso a um direito previsto no Código Penal desde 1940. A aprovação do PL agrava as múltiplas violências vividas por meninas e mulheres sobreviventes de violência sexual. Retrocede o Brasil a 1904 e as condena à dor, à morte, à prisão ou à tortura de seguir com uma gestação iniciada por uma violação dilacerante.

Os profissionais que atuam no cuidado à saúde serão obrigados a lidar com a gravidade das ações que meninas e mulheres podem realizar para se livrarem da dor e do sofrimento de uma gestação por violência sexual, que podem, inclusive, colocar suas vidas em risco. No contexto de trabalho, o aumento da criminalização do aborto aumentará o estigma vivido por esses profissionais que lutam cotidianamente para acolher de forma humanizada essas pacientes; para dialogar com outros profissionais que, por desconhecimento ou crenças pessoais, se opõem ao aborto, ou, de forma mais grave, negam informações e cuidados necessários a uma pessoa que sobrevive à violência sexual.

O PL 1.904/2024 criminaliza quem deveria proteger, pune quem deveria tratar de forma digna e humanizada. Não trata as causas, que é responsabilidade do Estado, mas propõe punição de meninas e mulheres que deveriam ter direitos assegurados à vida, à dignidade, a não ter seu corpo violado, e, caso isso ocorra, a ter os cuidados previstos na Carta Magna Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em inúmeros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Assunto para profissionais da medicina

Até as pedras da calçada sabem que certas questões relativas aos vícios e às virtudes humanas devem ficar restritas ao que consideram e julgam as pessoas individualmente e a sociedade. Levam todos e quaisquer problemas dessa complexidade ao arbítrio do Estado resulta em soluções que agradam a uns ou favorecem aos grupos a eles ligados.

Essa constatação vale sobretudo na questão do aborto, apropriada sorrateiramente por grupos fora do conhecimento científico que estão transformando o que seria um problema restrito ao âmbito e ao julgamento dos profissionais de saúde em um questão de Estado. E tudo como se fosse possível regular a infinidade de questões sensíveis que esse tema traz com decisões de burocratas que nada entendem dessa realidade.

Curioso é notar que temas dessa natureza não aparecem nas escolas durante as aulas de educação sexual. Tampouco são vistos em campanhas institucionais de educação. Todo esse imenso problema, com suas variantes intrincadas, jamais foi debatido com a sociedade, que pouco sabe sobre essa questão, suas causas e consequências. Nem mesmo em tempo algum, esse tema foi visto entre nós. Faltam programas sérios de incentivo à contracepção para as mulheres que não desejam filhos. E a pílula do dia seguinte para crianças, adolescentes ou mulheres adultas que sofrem estupro. Por séculos, todo esse tema foi deixado à margem do conhecimento da população.

Não surpreende que, agora, esteja com um grupo de interesses escusos que tem nos temas sensíveis de diversidade, costume, família e outros seu palanque para ecoar proselitismos vazios. A questão do aborto ganhou os holofotes por um ângulo que não é o apropriado e não irá por um ponto final nessa questão. Mais valia deixar a critério de instituições como o Conselho Federal de Medicina a decisão sobre essa questão.

Muito mais sincera tem sido a Igreja Católica, que toma como princípio e fim dessa discussão o que recomenda a Bíblia, dizendo, em alto e bom som, um sonoro ‘não’ ao aborto em qualquer tempo. É lógico que aqui também sobe no muro aquela parcela da Igreja que comunga pela bíblia da teologia da libertação.

O que ocorre com essa discussão é que enxergam nesse tema uma excelente oportunidade de pôr em prática o ranço contra a instituição da família. Engana-se quem acha que a possibilidade dessa discussão venha trazer bônus político em forma de votos vindos daqueles que acreditam que o aborto é uma solução natural, que não leva em consideração os possíveis direitos à vida que pulsa no ventre.

De fato, a discussão sobre o tema aborto ganha as manchetes, incendeia o parlamento, mas o que se obtém de notoriedade perde-se em sensatez. Também o que esperar de pessoas que não sabem nem o que é de seu mister e que não sabem a diferença entre receita e despesa: bom senso? A bem da verdade, quem deveria estar interessado está se lixando para toda essa discussão. Não assume nem que defende nem que é contra. Muito pelo contrário.

Nesse jogo de faz de conta, quem também aproveitou, de modo até sincero, é a bancada evangélica, que sabe que tubear nessa questão é perder fiéis e votos. A indústria farmacêutica, que parece omissa nesse caso, aguarda o desfecho do problema, pois tem remédio para aqueles que são a favor e para aqueles que são contra.

» A frase que foi pronunciada:

“Se Deus viesse à nossa porta, como seria recebido? Aquele que bate à nossa porta, em busca de conforto para a sua dor, para o seu sofrimento, é um outro Cristo que nos procura.”

Santa Irmã Dulce dos pobres

Invasão

» Não é possível que humanos e animais domésticos fiquem à mercê das capivaras que, agora, migraram para o Lago Norte. Há dezenas desses animais passeando livremente pelas ruas em busca de alimentos. A situação vai ficar insustentável em breve. Veja no blog do Ari Cunha o vídeo divulgado nas redes sociais.

Errei

» Discordo do título “erramos”. Prefiro assumir a responsabilidade. A correção veio do leitor Chico Sant’Anna, que lembrou a notinha sobre o primeiro edifício residencial de Brasília com varanda e que desapareceu do mapa. O prédio de três andares de frente para a L2 Sul, bloco S da 402, não era do Itamaraty, mas da Embaixada Britânica.

» História de Brasília

Os funcionários do DCT, sem apartamentos, estão acampados em frente à repartição. É um movimento pacífico, mas deprimente para os chefes. Quem encara com seriedade que deve ter um serviço de comunicações sabe que os funcionários encarregados devem ter o máximo de conforto. (Publicada em 10/4/1962)